

A NORMALIZAÇÃO LINGUÍSTICA E O RECONHECIMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Margarete von Mühlen Poll

RESUMO: Neste artigo, traçaremos um breve histórico sobre as raízes da normatização linguística. Também defenderemos a ideia de que a normatização linguística e o surgimento da gramática normativa encontram lugar no reconhecimento da variação.

PALAVRAS-CHAVE: Normatização linguística. Gramática normativa. Variação linguística.

Abstract: This article is a brief history of the origins of the linguistic normalization process. It argues that linguistic normalization and the rise of the normative grammar have their origins in the recognition of variation.

KEYWORDS: Linguistic normalization. Normative grammar. Linguistic variation.

Neste artigo, traçaremos um breve panorama sobre a história da normatização linguística. Para tal, valer-nos-emos de alguns estudos já realizados por linguistas brasileiros sobre o tema. Nosso objetivo, aqui, é reunir algumas questões que entendemos como fundamentais quando se discute o ensino de norma linguística na contemporaneidade. Entendemos que a discussão sobre o ensino de norma linguística na escola, que vem sendo questionado nas últimas décadas, não raras vezes tem desconsiderado que o surgimento da gramática normativa está ancorado no reconhecimento da existência da variação linguística e que a existência da gramática normativa somente se justifica no reconhecimento da variação. Com esse entendimento, tentaremos mostrar que a gramática normativa não é um instrumento que pretende ser a única verdade sobre a língua, uma vez que seu advento é marcado pelo reconhecimento da variação linguística.

As discussões acerca da normatização linguística são bastante recentes e elas ainda têm um longo caminho a percorrer¹. Os registros sobre sua ocorrência, porém, datam de mais de vinte séculos, mais precisamente, dos estudos de filólogos na Alexandria (séc. II e I a.C.), que visavam encontrar as normas linguísticas que regiam as principais obras literárias da língua grega, para que

¹ Quando nos referimos à *norma linguística*, referimo-nos à norma linguística prescrita pelos compêndios gramaticais.

pudessem ser estabelecidas como regras linguísticas a serem seguidas naquela língua, o que deu origem às primeiras gramáticas normativas. Desde então, a norma linguística esteve intimamente ligada à gramática normativa, uma vez que esta surgiu com o propósito de padronizar o uso da língua escrita. Ela nasce, portanto, com viés de didatização (SILVA, 1996). Vale esclarecer, no entanto, que trabalhos linguísticos anteriores aos dos alexandrinos eram de caráter filosófico e careciam de análise das línguas, diferentemente do que ocorre com os estudos² que deram origem à gramática normativa.

Neves (2002) faz a ressalva quanto ao fato de que os conceitos nos quais se ancora a gramática normativa – o verdadeiro e o falso – já estavam presentes nas discussões filosóficas anteriores ao surgimento da gramática normativa. A autora reforça essa afirmativa com uma análise dos principais textos que tratam de questões da língua, datados de períodos anteriores aos dos estudos prescritivo-normativos da língua grega. Como exemplo, Neves (2002, p. 29) cita Crátilo, célebre obra de Platão (428 – 347 a.C.), em que (conforme afirma a autora) a questão da justeza do nome não teria sido o cerne da discussão, mas, sim, a da relação entre “convenção e natureza”, em última instância, “onde se manifesta o verdadeiro e o falso”. Nos estudos linguísticos da contemporaneidade, a o verdadeiro e o falso em língua estão igualmente presentes através da norma explícita, que é convencionada, e das normas implícitas, que são naturais ao falante.

Também na obra de Aristóteles, *Da Interpretação*, (348 – 322 a.C.), esse teria sido o ponto principal, uma vez que a idéia central seria a relação entre as palavras escritas e os estados da alma. Ao contrário da obra platônica referenciada anteriormente, esta mostra que as palavras são convencionais, ou seja, um reflexo da alma, uma criação do homem. Assim, “não há que buscar adequação ou inadequação nos nomes [como o fizera Platão] já que eles são simplesmente simbólicos. É na composição (synthesis) deles e na separação (diaíresis) entre eles que há verdade ou erro” (NEVES, 2002, p. 29). Aristóteles, segundo a linguista, transfere o “verdadeiro” e o “falso” para a frase, para a “composição”, não mais para a palavra, como ocorre em Crátilo.

Essa busca pela verdade nas palavras e pelas palavras também teria encontrado lugar no estoicismo (séc. III a.C.), pois, para os estóicos, “o fundamental é falar adequadamente. A linguagem tem de ser reta, justa, para ser natural, o que constitui o ideal estóico” (NEVES, 2002, p. 30). Mostram-se, nessas obras, os conceitos de justeza e adequação linguística, que viriam a ser, mais tarde, o ideal buscado pelas gramáticas. Assim, para que as regras das gramáticas normativas

² Os estudos realizados para a elaboração daquela gramática não são considerados científicos pela Linguística contemporânea, embora sejam um trabalho acurado de análise e de seleção linguísticas. O emprego desse modelo como material de pesquisa e de ensino de língua portuguesa ocorre ainda hoje.

levassem os textos a esse ideal de língua, elas somente poderiam basear-se nos grandes escritores literários. Essa é uma tradição, aliás, que se estende às gramáticas de nossos tempos. Basta folhearmos tais compêndios e nos deparamos com exemplificações extraídas dos grandes clássicos da literatura, seja ela portuguesa ou brasileira.

Pode-se dizer, assim, que a concepção fundadora da gramática já esteve presente nas obras filosóficas anteriores ao surgimento desta. A constituição da gramática normativo-prescritiva inaugura, pois, uma nova forma de estudar os fatos da língua, porque “pela primeira vez – na obra dos alexandrinos – se encontra uma atividade técnica de trabalho com a língua” (NEVES, 2002, p. 31). Embora o trabalho desses filólogos objetivasse encontrar uma norma que pudesse ser prescrita para a língua grega, ele consistia, antes de tudo, na busca pela norma, pela regularidade linguística³. Essa busca foi feita em textos literários escritos. Portanto, tudo leva a concluir que a gramática normativa se preocupa eminentemente com a modalidade escrita e é para esta modalidade da língua que ela estabelece suas regras.

É sabido que as regras prescritas por esses compêndios muitas vezes são vistas como as “regras que guiam o funcionamento da língua”, o que equivale dizer que elas guiariam todos os usos da língua. Esse entendimento ocorre também, e não por último, pelo prestígio da modalidade escrita da língua, o que leva à tentativa de adequação da oralidade à escrita. Esse prestígio, por sua vez, é reforçado pela descrição apenas dessa modalidade da língua, uma vez que os estudos da modalidade falada datam apenas de meados do século passado. Portanto, durante mais de dois milênios, basicamente a modalidade escrita preocupou os estudiosos das questões da língua.

As categorias gramaticais instauradas a partir da língua grega e para a língua grega, há mais de vinte séculos, mais tarde serviram de modelo para as gramáticas da língua latina e, também, para as gramáticas ocidentais. Esse modelo de gramática apresentado pelos filólogos gregos ainda hoje encontra espaço nas nossas salas de aula, uma vez que ele ainda não foi abandonado por nossas gramáticas contemporâneas.

É importante dizer que, no cerne da tradição gramatical, bastante criticada na contemporaneidade, e que teve seu início com os estudos alexandrinos com vistas à normatização da língua, residem conceitos que hoje dão o tom de estudos linguísticos que visam demonstrar justamente a riqueza da variação linguística. Em outras palavras, o que impulsionou o aparecimento

³ Considera-se a gramática de Dionísio, o Trácio, que viveu aproximadamente entre os anos de 170 e 90 a.C., editada pela primeira vez em 1715, como representativa das gramáticas alexandrinas. Essa edição se deu três séculos após a invenção da imprensa, que ocorreu em 1440, pelo alemão Gutenberg.

da gramática – a variação da língua – hoje fundamenta sua desmitificação. Se, há dois milênios, a variação linguística deu motivo para a padronização da língua, hoje os estudos variacionistas fazem o caminho inverso, no sentido de valorizar e de reconhecer as variantes que não são consideradas as formas padrão da língua.

No campo dos estudos da língua, tanto a gramática normativa, de bases não científicas⁴ e milenar, quanto os estudos linguísticos, de bases científicas e contemporâneos, têm origem comum: a variação linguística. Ambas surgem do reconhecimento da diversidade linguística inerente a uma dada língua. Ambas, porém, fazem caminhos inversos. Esta se ocupa das diversidades linguísticas e as compara a um padrão estabelecido; aquela se ocupa de um padrão em razão da diversidade.

O caráter normativo e prescritivo das gramáticas leva Silva (2006, p. 282), com apoio em Seuren (1998), a afirmar que “a Lingüística aí [com os alexandrinos] nascia e como linguística aplicada”. O viés didático e a finalidade prática dessas obras levam a tal assertiva. É bastante significativa a colocação da autora, uma vez que o objetivo dos estudos e postulados desses gramáticos era motivado por uma questão prática: o estabelecimento de uma unidade linguística. Esse argumento corrobora a afirmativa de Seuren (1998) e Silva (2006), uma vez que a Linguística Aplicada interessa-se por estudos que procuram a solução de problemas da língua.

O objetivo maior dos gramáticos daquele tempo era produzir, a partir de textos considerados representativos, um corpo de regras de funcionamento da língua que servisse de instrumento de orientação para a escrita de textos. Esse conjunto de regras normativas preservaria, assim, a língua grega das línguas bárbaras, como eram consideradas as línguas não gregas. Daí advém o papel originariamente didático da gramática; seu caráter dogmático, que é o aspecto amplamente criticado, decorre da imposição de uma norma em detrimento de outras e, conseqüentemente, da autoridade embutida na imposição desta (BECHARA, 1995). Esse modelo didático e dogmático serviu, e serve ainda hoje, de bases para o ensino de língua.

Esse quadro de normatização que se instalava no séc. II e I a.C., e que Silva (2006) e Seuren (1998) descrevem como sendo o nascedouro da Linguística Aplicada, leva-nos a outro ponto crucial dos estudos da língua – o reconhecimento da diversidade linguística – que, pode-se afirmar, ancora os trabalhos normativos, sendo anterior a eles, uma vez que os funda. É justamente esse reconhecimento da variação que sustenta a existência das gramáticas ao longo dos séculos.

⁴ Flores *et al.* (2004) contestam essa posição.

Em nossas gramáticas de língua portuguesa contemporâneas, a constatação de que há outras formas de uso da língua e de que essas formas realmente são empregadas (ver seções de Estilística e de Semântica). Os comandos das gramáticas normativas somente se justificam diante de outros empregos possíveis. As seções dedicadas à Estilística e à Semântica parecem-nos uma afirmativa não somente da existência de outros empregos linguísticos, mas também de que a gramática normativa os autoriza, como variações possíveis dentro de uma língua.

Cabe dizer ainda que a normatização, independentemente de sua especificidade, somente se justifica diante da diversidade. Isto é, toda e qualquer norma se funda no reconhecimento da diversidade e no reconhecimento da necessidade de estabelecimento de determinado padrão ou da preservação deste. Em outras palavras, a normatização encontra lugar apenas na diversidade e, assim, a normatização linguística enuncia diferenças nas práticas da língua.

Seguindo esse raciocínio, o advento da gramática normativa, com os alexandrinos, está ancorado, primeiro, no reconhecimento da diversidade linguística; segundo, na necessidade de padronização linguística.

Esses estudos tradicionais surgiram com preocupações normativas, ou seja, dado que a realidade linguística se apresentava de maneira muito variada havia a preocupação de estabelecer um padrão, uma norma. A variação linguística era assim vista logo de saída como um defeito a ser corrigido, um mal a ser combatido (SANTOS, 1996, p. 5).

Assim, pode-se afirmar que não somente a Linguística Aplicada teve seu início com os alexandrinos, como postulam Silva (2006) e Sueren (1998), mas também, e em primeira instância, a Linguística Variacionista⁵, uma vez que somente a percepção da variação linguística poderia levar à normatização. Em última análise, a descrição da variante grega que comporia as regras da gramática normativa funda os estudos variacionistas⁶; a prescrição desse corpo de regras funda, por sua vez, os estudos normativos da língua e, concomitantemente, da Linguística Aplicada, em razão de seus fins didáticos.

⁵ Não nos referimos aqui à Linguística Variacionista tal como ela é conhecida hoje, uma ciência que se (pre)ocupa com todas as variantes da língua. Entendemos por Linguística Variacionista aqui um trabalho realizado a partir da variação linguística, pois o trabalho daqueles gramáticos partiu do (re)conhecimento da existência de outras formas linguísticas. Além disso, a compilação daquelas regras que viriam a compor as regras da gramática então em construção era realizada a partir da variação linguística.

⁶ Vale frisar que esses estudos que aqui chamamos de variacionistas não têm a elaboração científica dos estudos hodiernos nessa área e também não se preocuparam com a ampla gama de variações existentes à época e, por isso, não gozam de estatuto científico.

Não afirmamos com isso que houvesse uma teorização e discussão sobre o conceito de variação linguística, o que é próprio do estatuto científico. Essa, aliás, não era a preocupação daqueles gramáticos. A distância que separa o germinamento do conceito de variação linguística e sua ampla teorização e discussão é de dois milênios. Por isso, não se pode conferir estatuto de ciência àqueles estudos, mas, certamente, eles são o início do que atualmente se denomina de Linguística Variacionista, o que hoje goza – e com razão – de estatuto de ciência.

Pode-se afirmar, com isso, que a descrição das regras que comporiam aquela gramática constitui a primeira descrição de uma variante linguística. Não cabe aqui discutirmos os critérios empregados para a escolha da variante grega descrita e prescrita àquela época, embora saibamos que os gramáticos tenham se orientado pelos textos daqueles que consideravam ser os grandes escritores; um critério estético, portanto.

Os estudos realizados para a confecção dessa gramática normativa restringiram-se ao levantamento de apenas uma variante linguística, aquela cujas normas viriam a compor tal instrumento normativo. Para a obtenção dos dados que compusessem o conjunto de regras dessa obra, porém, fez-se necessária a seleção de textos que apresentassem a variante a ser descrita e, posteriormente, prescrita.

Embora os levantamentos linguísticos feitos para a constituição dos trabalhos descritivos e normativos realizados pelos antigos não possam ser creditados como ciência da língua – que nasceria apenas em meados do século XIX –, não se pode negar, por outro lado, que os filólogos de então não tivessem feito estudos linguísticos. Não se pode negar também que, àquela época, se iniciassem os estudos pautados na variação linguística, uma vez que esses trabalhos pretendiam justamente impedi-la.

Desbordes (1996, p. 23), em discussão sobre o oral e o escrito em teorias da Antiguidade, sustenta que aquela época nos legou não uma linguística, mas uma gramática, que “é em primeiro lugar a ciência das letras, o aprendizado da leitura e da escrita, depois a ciência do conjunto de letras, isto é, dos textos, e até em sua forma mais ou menos recente de ciência da língua ela permanece fundamentalmente ligada à língua escrita.”

Conforme a autora, pois, a gramática não pretende ser a ciência da língua tal qual ocorre com a Linguística Moderna, mas o estudo das letras, ou seja, especificamente do ler e do escrever, da didatização e da normatização, portanto. Ambas caminham em conjunto. Para os antigos, a gramática é a ciência dos textos na medida em que ela é um método que “permite estabelecer, explicar, ler e julgar os textos”, pois ela conduz ao aprendizado da leitura e da escrita (AGUSTINI, 2004, p. 29).

Assim, não se pode negar o adjetivo de linguistas ou, ao menos, de exímios pré-linguistas àqueles homens que se preocuparam, há mais de dois milênios, com as questões da normatização linguística⁷. Creditamos aos antigos, então, as concepções de variação⁸ e normatização linguísticas e, conseqüentemente, a pedra de fundação da linguística aplicada e dos estudos variacionistas.

A linguística não foi a primeira disciplina a tomar a língua como objeto de observação, estudo e descrição, pois essa atividade é bem mais antiga do que ela. Com o seu surgimento, porém, essa atividade foi realizada de maneira científica e isto marca a diferença maior, colocando de um lado a observação e apresentação feita pela Linguística e, de outro, a observação da língua feita anteriormente ou feita nos dias de hoje mas seguindo essa tradição (SANTOS, 1996, p. 5).

É impossível fazer qualquer analogia entre os estudos realizados pelos pré-linguistas e os realizados pela linguística contemporânea, pautada por longos anos de estudo e por métodos modernos de análise. É fato, porém, que, mesmo em tempos de Linguística Moderna, o modelo antigo de normatização linguística não conseguiu ser suplantado.⁹ As aulas de Língua Portuguesa, cujo objetivo primeiro é ensinar a norma padrão – como postula quase a unanimidade de estudiosos e a unanimidade dos documentos oficiais de ensino –, ainda se pautam nas gramáticas normativo-prescritivas, apesar de suas falhas, amplamente discutidas.

A língua, ao ser tomada como um corpus de estudo e em estudo, está sujeita e subordinada a métodos de análise, a crenças, aos conhecimentos próprios de cada estágio evolutivo da ciência. Nesse sentido, Santos (2006, p. 9) afirma que “todo conhecimento científico é socialmente construído”. A aceitação ou refutação de teses levantadas sobre o objeto em estudo é inerente e relativo ao respectivo estágio de evolução dos estudos, afinal “objetos científicos são resultado da ciência acumulada, da posição do sujeito/pesquisador e das condições de produção da ciência” (BACCEGA, 1998, p. 100).

Assim, a Ciência Linguística e seu advento fazem parte do processo evolutivo dos estudos linguísticos. No campo dos estudos da língua, durante séculos, a gramática normativa foi vista como a única verdade. É sabido que as verdades e os saberes são relativos a seu tempo e ao que este tempo permite investigar e descobrir. Vale dizer que essa é uma das funções da ciência e um dos

⁷ Não nos referimos aqui aos filósofos da linguagem.

⁸ Essa concepção carecia de discussões teóricas, como já ressaltamos anteriormente, mas existia na prática, uma vez que os trabalhos eram realizados a partir desse conceito.

⁹ A esse respeito, veja-se Poll (2008).

bens que ela pode nos proporcionar. No campo da língua, a Ciência ainda não conseguiu transpor a gramática normativa do lugar de instanciadora da norma padrão da língua, ainda que já tenha conseguido levantar suas falhas.

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Carmen L. H. A estilística do discurso da gramática. Campinas, SP: Pontes, São Paulo: Fapesp, 2004.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação e linguagem: discursos e ciência. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BECHARA, Evanildo. Ensino da gramática. Opressão? Liberdade? 8. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios).

DESBORDES, Françoise. A pretensa confusão entre o escrito e o oral nas teorias da antiguidade. In: CATCH, Nina (Org.). Para uma teoria da linguística escrita. São Paulo: Ática, 1996. p. 23-29. (Múltiplas escritas).

FLORES, Valdir do Nascimento, et al. O normativo e o não-normativo na gramática tradicional brasileira. In: GIERING, Maria Eduarda; TEIXEIRA, Marlene (Orgs.). Investigando a linguagem em uso: estudos em Linguística Aplicada. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004. p. 106-130.

NEVES, Maria Helena de M. A gramática: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

POLL, Margarete von Muhlen. Ensino de língua portuguesa: relações entre o saber científico e a prática social da linguagem. Universidade Federal de Minas Gerais. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras. 2008.

SANTOS, Emmanoel dos. Certo ou errado?: atitudes e crenças no ensino de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia, 1996. (Série temas e reflexões; 3).

SEUREN, Peter A. M. Western Linguistics: an historical introduction. Oxford: Blackwell (Tradução digitada de Roberto Macedo Gonçalves), 1998.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. Tradição gramatical e gramática tradicional. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Repensando a Língua portuguesa).

_____. "O português são dois"... ainda "em busca do tempo perdido". In: GORSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl (Orgs.). Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. p. 277-288.